



Registro de Encaminhamentos e Temas (RET)
da 26ª Reunião do
COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Data: Quarta-feira, 15 de fevereiro de 2023
Horário: 10:30 às 15:30
Local: BNDES – Av. República do Chile, 100, sala 2013 – Rio de Janeiro/RJ

AGENDA

- 10h30** **Reinstalação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA)**
Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima – Sra. Marina Silva
Presidente do BNDES – Sr. Aloizio Mercadante
Representantes das instituições que compõem o COFA
- 12h15** **Apresentação do BNDES sobre o Fundo Amazônia**
O Fundo Amazônia
Resultados recentes
Governança: o Comitê Orientador
- 12h45** **Almoço**
- 14h00** **Informes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**
Retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e outros
- 14h15** **Agenda de deliberações para o funcionamento do Fundo Amazônia**
Retomada de análises de projetos
Valores mínimos de projetos
Processo de revisão das diretrizes e regra de transição
Definição de data da próxima reunião
- 15h15** **Encerramento**
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
BNDES

MATERIAL DE APOIO

1

Agenda da reunião

2

Tema de pauta

Apresentação do BNDES sobre o Fundo Amazônia:

O Fundo Amazônia

Resultados recentes do Fundo Amazônia

Governança – o Comitê Orientador

3

Tema de pauta

Informes do MMA

4

Materiais de apoio

- Decreto 6.527/2008, conforme redação atualizada
- Regimento interno do Comitê Orientador do Fundo Amazônia
- Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2017-2018

Abertura dos trabalhos

A presidente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, abre os trabalhos. Ressalta a alegria pela retomada do Fundo Amazônia.

Disse que os últimos quatro anos foram um apagão de políticas socioambientais no Brasil, sem a utilização dos mais de R\$ 3 bilhões do Fundo Amazônia. Com os imensos desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira, o compromisso político e programático do governo atual está na diretriz estratégica de combater a degradação social, econômica e ambiental por meio da criação de um novo ciclo de prosperidade, com democracia e sustentabilidade em suas diferentes dimensões.

Marina Silva disse que a crise climática já é uma realidade que ameaça diretamente a vida e a atividade econômica e compromete a segurança energética e alimentar de nosso país. E que essa não é apenas uma ameaça para o Brasil.

Ressaltou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Polícia Federal, o Ministério da Defesa, em parceria com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), estão fazendo aquilo que a legislação determina que seja feito. O Brasil sabe como enfrentar o desmatamento. Isso já foi feito e será feito novamente, e ainda melhor. A meta é zerar o desmatamento na Amazônia e em todos os biomas brasileiros, como tem dito o presidente.

A ministra disse que é preciso entregar os resultados necessários em todas as agendas, sobretudo na do desenvolvimento sustentável e do combate à ilegalidade. A partir da necessidade de ampliação e atualização das abordagens dos problemas causados pelas mudanças do clima, à luz das contribuições apresentadas pelos diferentes movimentos da sociedade, cientistas, empresários, juventudes, mulheres e indígenas, é preciso promover uma economia forte, baseada na conservação de nossa biodiversidade, com proteção e respeito aos nossos povos tradicionais e originários.

Falou, ainda, sobre a valorização do Tratado de Cooperação Amazônica e sobre todos os demais mecanismos de cooperação existentes e que poderão ser criados. Essa cooperação se estenderia para além de nosso continente, chegando à África e à Ásia, onde estão os países mega florestais, como é o caso do Brasil, da República Democrática do Congo e da Indonésia.

Para isso, será necessário, além dos recursos financeiros, a cooperação técnico-científica e outras formas de apoio. Sabemos que essa colaboração sob a liderança do Brasil não afetar a soberania ou a integridade de nosso território. Será, e já é, uma justa troca de saberes em que receberemos e daremos ao mundo nossa contribuição no enfrentamento das grandes crises e na conquista de um novo ciclo de prosperidade. Daí a importância da cooperação inovadora do Fundo Amazônia,

lançado em 2007, durante a COP13 em Bali, e formalizado em agosto de 2008. Ele atua como mecanismo de captação de recursos para investir na conservação e no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Nesse contexto, o Fundo Amazônia tem sido muito importante para o Brasil desde sua implementação, porque ele contribui para o controle do desmatamento e o desenvolvimento sustentável em uma das regiões mais sensíveis e estratégicas para o equilíbrio do planeta e para o nosso próprio continente por meio da inovação.

A principal inovação do Fundo Amazônia é o fato de ele ser o primeiro projeto baseado em resultados, ou seja, a captação é feita com base nos resultados alcançados, o que era, até então, totalmente inédito. A principal vantagem do mecanismo de pagamento por resultado é de tornar o risco de não conseguir os efeitos desejados praticamente nulo. O resultado já alcançado tem tido aplicação transparente, consistente e eficiente.

A ministra disse que, assim como todos os demais setores do governo, se compromete a concentrar esforços para fortalecer o Estado de direito na Amazônia, via fundamental para o pleno sucesso das políticas de controle do desmatamento e combate ao garimpo, à pesca ilegal e à grilagem de terra.

Marina Silva finalizou com as seguintes palavras: “Em benefício da própria Amazônia, de seus povos originários e do equilíbrio do planeta, o Fundo Amazônia voltou. Muito obrigado.”

Assim, ela passou a palavra para o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Mercadante começou afirmando que a crise climática não é uma agenda distante. Que o desafio é crescente, porque a crise climática e os extremos climáticos estão se acentuando em toda parte. Disse, ainda, que é por isso que todos estavam ali reunidos, pensando no futuro do planeta, e que o Brasil tem um papel absolutamente decisivo de proteger a mais importante floresta tropical do planeta.

Aloizio Mercadante destacou também a tragédia humanitária das populações indígenas, que estariam sendo vítimas de uma ocupação predatória com a contaminação dos rios, que desrespeita valores e tradições e degrada territórios que foram demarcados. Estes seriam os desafios emergenciais: primeiro, reverter o desmatamento; depois, proteger essas populações.

O presidente do BNDES disse que há uma terceira questão importante: o ordenamento fundiário e territorial. Para ele, a reunião deveria abrir uma perspectiva de estudar uma proposta consistente no futuro. O quarto grande desafio é construir alternativas de desenvolvimento para a região.

Afirmou ainda que, para desmontar o garimpo ilegal, os madeireiros, o desmatamento, é necessário construir alternativas estruturantes e que gerem emprego e renda para 28 milhões de pessoas que lá estão e que esse era um dos

motivos para estarem todos reunidos, para criar uma alternativa de sustentabilidade que preserve a biodiversidade, que invista em pesquisa e valor agregado, em ciência e em energia limpa e em novas infraestruturas para viabilizar esse desenvolvimento.

Aloizio Mercadante acrescentou que todos podem contar com o BNDES, que a questão ambiental iria perpassar todas suas políticas de financiamento. Finalizou apontando a importância do Fundo Amazônia para a execução do PPCDAm, sua transparência e avaliações dos projetos apoiados, concluindo com a afirmação de que a reunião deveria terminar com uma agenda forte de restabelecimento de comando e controle e fiscalização, uma resposta imediata ao desmatamento.

Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, manifestou sua alegria pela volta do Fundo Amazônia, destacando que os povos indígenas sempre estiveram representados no COFA, que é um importante espaço de fortalecimento das organizações indígenas.

Chamou a atenção para a falta de água que atinge a Amazônia por causa da contaminação dos rios, da contaminação por mercúrio, da falta de saneamento e da contaminação pelos agrotóxicos.

Sônia Guajajara mencionou a necessidade de apoio à produção de alimentos, de forma sustentável e tradicional. Destacou, ainda, a importância da proteção territorial e dos indígenas dentro dos seus territórios devido à violência, como no caso dos garimpeiros na TI Yanomami.

Disse que, no Ministério dos Povos Indígenas (MPI), está se discutindo a criação de um Fundo de Biomas Indígenas (FBI), pois existe o Fundo Amazônia, o Fundo Clima, que atende Cerrado, Mata Atlântica, mas falta a perspectiva de apoiar de forma igualitária todos os biomas. Se não temos esse olhar para uma proteção integral, não abarcamos todos os biomas.

O próximo a falar foi o ministro Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Ele chamou a atenção para o fato de o país estar vivendo duas emergências: a emergência climática e a emergência social. Extremos climáticos, como as enchentes em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, ao mesmo tempo que, no Rio Grande do Sul, há duzentas cidades em situação de emergência por falta de água e muitas pessoas estão perdendo sua produção.

Paulo Teixeira disse que o MDA pretende contribuir no sentido de apoiar uma agricultura regenerativa. Apoiar o pequeno agricultor, o agricultor familiar, investir na regeneração das florestas, na exploração sustentável do açaí, do dendê e do cacau.

Ele destacou que dentro do MDA está o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é responsável, em grande parte, pela regularização fundiária.

A partir desse momento, passou-se a palavra para os demais membros da bancada do Governo Federal.

Ricardo Cappelli, secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), disse que a questão da Amazônia é agenda prioritária do MJSP e que a Polícia Federal criou uma diretoria específica para a Amazônia. Afirmou que o ministério está desenhando o plano Amazônia Mais Segura, que envolve a implantação de bases fluviais, de bases terrestres, de centro de comando e controle, além da ampliação do efetivo na região e a valorização dos profissionais que lá estão. É preciso garantir o cumprimento da lei na região.

Ele ressaltou que é preciso combater não apenas o desmatamento, mas também o garimpo e as organizações criminosas que atuam na região, porque isso impacta as populações indígenas, ribeirinhas e todas as pessoas do território.

Depois de finalizar sua fala, Ricardo Cappelli passou a palavra para o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa. Ele disse que o MDIC criou uma Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria e tem o intuito de colaborar para que o Fundo Amazônia apoie projetos que promovam uma significativa melhora nas condições da conservação do desenvolvimento sustentável e alternativas que sejam estruturantes para a Amazônia.

Assim, ele passou a palavra para o secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luís Fernandes, que destacou a necessidade de haver foco em ações estruturantes e ressaltou que o MCTI está a serviço dessa ação conjunta. O ministério tem unidades de pesquisa localizadas na região que podem apoiar iniciativas de desenvolvimento sustentável, além de uma subsecretaria voltada para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, que certamente serão parceiras importantes.

Ele ressaltou que o mundo está enfrentando múltiplas transições combinadas: uma transição ecológica, uma transição energética, uma transição digital e uma transição produtiva. O desafio é estruturar iniciativas e projetos que atendam de forma integrada essas múltiplas transições combinadas.

Luís Fernandes passou a palavra para o representante da Casa Civil da Presidência da República, Gabriel Lui, secretário adjunto de Articulação e Monitoramento. Ele destacou o esforço de manutenção do Fundo Amazônia pelos servidores do BNDES, pelo MMA e pelo apoio dos doadores. Para ele, isso é uma lição da força do Estado brasileiro para enfrentar as adversidades. A resiliência das instituições públicas foi provada com a manutenção do Fundo Amazônia nos últimos quatro anos.

Gabriel Lui falou um pouco do papel da Casa Civil. Ele disse que foram mapeados pelo menos 11 ministérios que declararam explicitamente alguma estrutura da agenda ambiental ou climática, mas que a agenda não pode ser implementada sem

um esforço para que essa transversalidade se exerça dentro de toda a estrutura de governo. Assim, o papel da Casa Civil é contribuir para que os ministérios e a estrutura do Governo Federal caminhem de maneira coordenada e conjunta para executar essa transversalidade.

A última fala da bancada federal foi de Daniel Fonseca, representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), chefe da divisão de financiamento e adaptação. Ele iniciou dizendo que o governo brasileiro, atual gestão, não condicionou seu compromisso de proteger a Amazônia e os demais biomas do nosso país ao recebimento de recursos estrangeiros. Ressaltou que a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta são duas faces da mesma moeda.

Daniel Fonseca disse que o quadro atual requer políticas de curto, médio e longo prazos, pautadas pela perspectiva tridimensional do desenvolvimento sustentável em seus pilares social, ambiental e econômico, com atenção especial aos povos originários e às populações mais vulneráveis. Segundo ele, a experiência mostra que pode ser de grande relevância a cooperação solidária dos países que estiverem prontos para colaborar com nossas ações, por confiarem na capacidade do governo brasileiro de reconstruir e aprimorar instituições e políticas públicas por meio de ações que já se provaram bem-sucedidas no passado.

O representante do MRE lembrou que, no plano internacional, a mobilização dos meios de implementação ainda é um dos principais desafios do regime climático. Para ele, ainda não está claro como os países desenvolvidos pretendem cumprir o compromisso assumido em 2009 de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020.

Disse, ainda, que a experiência brasileira acumulada com Fundo Amazônia durante os quase dez anos em que esteve operacional, até o início de 2019, serviu de modelo de inspiração para o Marco de Varsóvia de REDD+ no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, do inglês United Nations Framework Convention on Climate Change). Isso demonstra o patrimônio que o Fundo Amazônia representa para a política externa e a imagem internacional do Brasil.

A retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e do Fundo Amazônia representa uma oportunidade para transformar o bioma Amazônia em fonte de soluções inovadoras para a implementação do marco global da biodiversidade, reafirmando o compromisso de proteção da biodiversidade do Brasil perante o mundo.

Nesse momento, passou-se a fala para a bancada dos governos estaduais.

A primeira a falar foi a secretária de meio ambiente do Acre, Julie Messias, que fez a leitura de uma carta em nome dos nove estados da Amazônia Legal.

Senhora ministra, com nossos cumprimentos e saudações, nós, secretários de meio ambiente da Amazônia Legal, nos dirigimos a vossa excelência para transmitir a nossa congratulação pela reinstalação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia. No encontro introdutório realizado recentemente com o senhor secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, transmitimos o compromisso dos órgãos executores das políticas ambientais nos estados da Amazônia Legal, com alcance dos objetivos e atendimento das prioridades anunciadas por esse ministério para enfrentar os desafios socioambientais da região.

Entendemos que o Fundo Amazônia é uma das principais ferramentas para ação integrada, coordenada e estratégica. Estamos cientes de que o tamanho dos desafios e as mudanças ocorridas nos vetores do desmatamento na região exigem hoje, mais do que nunca, cooperação e integração de esforços dos diversos segmentos da sociedade, incluindo colaboradores históricos do fundo, tal como é o caso das organizações de base comunitária, organizações não governamentais e governos estaduais. Acreditamos que medidas complementares podem ser exploradas para envolver também as organizações indígenas e aquelas representativas das comunidades tradicionais.

O período de inatividade do Fundo Amazônia tem nos permitido aprofundar a reflexão sobre os desafios e as oportunidades associados à participação dos governos estaduais na implementação dos seus projetos e nos colocamos à disposição para compartilhar esse aprendizado. Há uma assimetria de capacidades institucionais para execução dos projetos entre os nove estados. Entretanto, há diversas medidas que podem facilitar de forma significativa a implementação, visando contribuir de forma mais efetiva para o atingimento das metas estabelecidas nas políticas nacionais e nos seus instrumentos.

Esta carta a gente vai entregar à ministra, e é uma fala conjunta elaborada pelos secretários da Amazônia. Nós estamos aqui à disposição de trabalhar em coletivo. Acho que um só movimenta, mas todos juntos podemos realmente fazer a diferença, essa tão esperada diferença em combate aos ilícitos ambientais e no desenvolvimento social e econômico dos nossos povos (informação verbal)¹.

A seguir, a ministra Marina Silva (MMA) recebeu a carta, agradeceu o empenho dos estados da região e pediu para que os outros secretários se apresentassem.

Raysa Maciel, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão, agradeceu a satisfação de estar compondo a mesa. Taisa Mendonça, Secretária de Estado do Meio Ambiente do Amapá, ressaltou a satisfação de estar presente nesse momento histórico. Alex Marega, secretário executivo da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, destacou que o Mato Grosso também tem tentado aplicar uma política de comando e controle muito forte.

Marcelo Lelis, secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins, saudou todos e disse que era um momento de celebração e de prestígio do tema, com a presença de vários ministros de estado e do presidente do BNDES. Glicério Fernandes, presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado de Roraima, convidou todos para conhecer seu estado e disse que, em Roraima, existem áreas para produzir e que os povos indígenas do estado são

¹ Informação verbal fornecida por Julie Messias na 26ª reunião do COFA.

irmanados com toda a sociedade. Rodolpho Bastos, secretário interino na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do estado do Pará, disse que é preciso pensar em estratégias de curto, médio e longo prazos que sejam prioritárias de acordo com a realidade dos estados.

Marco Antônio Lagos, coordenador de patrimônio, administração e finanças da Secretaria de Desenvolvimento de Rondônia, disse que o apoio do fundo é importante para combater o desmatamento com mais eficiência. Eduardo Taveira, secretário de Meio Ambiente do estado do Amazonas, chamou a atenção para as áreas de vazios de atuação dos estados. Por exemplo, no estado do Amazonas, mais de 80% do desmatamento ocorre em áreas federais ou não destinadas. Ele falou que se deve pensar em modelos que ajudem na desburocratização de acesso aos recursos do Fundo Amazônia pelos estados, que historicamente têm uma execução muito baixa dos recursos do fundo.

A palavra seguiu para a bancada da sociedade civil.

Sandra Paula Bonetti, secretária de meio ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), destacou que os agricultores e agricultoras são os que mais têm sofrido com as mudanças climáticas no dia a dia, em todo o território nacional. Ela mencionou que são muitos os conflitos na região amazônica, nos níveis ambientais, agrários e fundiários.

A seguir, Frank Almeida, presidente do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNBF), disse que o setor florestal privado tem orgulho de estar inserido na discussão da preservação ambiental, das florestas, dos povos originários e do povo da Amazônia de maneira geral. Reafirmou o compromisso do setor com essa agenda.

Elcio Machineri, coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), disse que era um momento muito importante de retomada, de enfrentamento às mudanças climáticas, e que são as populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas que sofrem diretamente com as consequências das mudanças climáticas. Ressaltou que o Fundo Amazônia é muito importante para ações nos territórios indígenas em proteção territorial, segurança alimentar e desenvolvimento com inclusão, respeitando as pessoas e as realidades locais. Para ele, é preciso haver uma ação conjunta para que se possa realmente preservar o homem que está na Amazônia, porque quem preserva a Amazônia são as pessoas que lá estão.

Marcelo Almeida, diretor secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse que o setor pode contribuir para o fortalecimento da agenda amazônica, com a preparação das empresas para enfrentar as mudanças climáticas, além de colaborar no entorno dos empreendimentos, compartilhando os resultados dos negócios. Ele relatou que, no ano anterior, foi publicada uma agenda para economia

de baixo carbono, um documento construído com toda a base industrial brasileira, apoiada em quatro pilares: transição energética, economia circular, carbono e conservação de florestas. Foi decidido criar o Instituto Amazônia +21, uma mobilização das nove federações da Amazônia Legal que recebe apoio da Confederação Nacional da Indústria e de diversas empresas e instituições parceiras, com o objetivo de fomentar negócios sustentáveis.

Em seguida, Jaqueline Guerreiro, representando o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), destacou que a governança construída na criação e durante a consolidação do fundo até 2018 é sólida e cumpre seu papel de garantir que os recursos doados ao fundo, em reconhecimento aos esforços do governo brasileiro na redução dos desmatamentos, sejam direcionados a projetos que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia e para o enfrentamento da emergência climática. Disse que o objetivo principal do FBOMS é contribuir para a democratização do fundo, para que cada vez mais as condições de acesso e as regras de implementação viabilizem o apoio direto aos povos e às comunidades tradicionais, que cumprem um papel fundamental na manutenção das florestas amazônicas.

Jaqueline Guerreiro também ressaltou a importância de incrementar a transparência e a comunicação sobre o Fundo Amazônia e os projetos apoiados, condição fundamental para fortalecer o controle social sobre o fundo e o esforço de captação de novos doadores.

Paulo Artaxo, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), disse que a comunidade científica quer colaborar ativamente no esforço de mudar o atual modelo de desenvolvimento predatório por um desenvolvimento social para a Amazônia. Não se trata só de zerar o desmatamento, mas também de construir uma Amazônia sustentável e, ao mesmo tempo, reduzir desigualdades sociais e promover o desenvolvimento para a região – aspectos fundamentais para o nosso país.

Por último, a palavra passou para Carlos Augustin, assessor especial do ministro da agricultura, que fez considerações sobre a produtividade e a rentabilidade da agricultura no Cerrado e na Amazônia. Para ele, deve-se construir um sistema de financiamento que permita ao agricultor implementar um modelo sustentável nas propriedades.

Encerrando a sessão da manhã, a ministra Marina Silva (MMA) registrou a postura dos doadores do Fundo Amazônia, deixando claro que o Fundo Amazônia é um fundo em que o país beneficiado tem toda a autonomia na aplicação, na orientação dos recursos, desde que dentro do escopo do desenho do fundo. O Brasil não condiciona a proteção de suas florestas a que nos paguem para isso. Essa é uma vontade do país, mas que buscamos parcerias, e estamos felizes com o resultado da

arquitetura inovadora, de pagamento por resultado já alcançado, e esse resultado foi alcançado, a partir de 2004, com o PPCDAm, que já está sendo restituído.

Sessão da tarde

Aloizio Mercadante (BNDES) abriu os trabalhos da tarde, que iniciaram com algumas apresentações sobre a visão geral do funcionamento do Fundo Amazônia, seus resultados recentes e o modo de funcionamento de seu Comitê Orientador, uma vez que grande parte dos representantes, titulares e suplentes estão assumindo pela primeira vez essa função no comitê.

A diretora Tereza Campello (BNDES) iniciou a apresentação falando da sua emoção em retornar ao Fundo Amazônia, pois foi representante da Casa Civil no início de funcionamento do fundo. A apresentação mostrou o histórico de criação do fundo, a importância das políticas públicas e do PPCDAm nesse histórico, o objetivo, o funcionamento e a lógica de intervenção.

Tereza Campello falou também da estrutura de governança, com participação social, dos mecanismos de transparência e das auditorias que são feitas. Chamou a atenção para um tema importante: o compromisso com ações estruturantes. Existem as questões emergenciais, que são fundamentais porque estamos em uma emergência climática, mas é preciso garantir que as ações tenham escala e impacto. Esse é o grande desafio do Fundo Amazônia.

Ela passou a palavra para Nabil Kadri (BNDES), que fez uma apresentação sobre os resultados alcançados até o momento. Mostrou um mapa com a distribuição territorial dos projetos apoiados, desenvolvidos por instituições do terceiro setor, do Governo Federal e dos governos estaduais. Falou da carteira de projetos do fundo e mostrou o histórico de aprovações e desembolsos.

Nabil Kadri apresentou os eixos de atuação do Fundo Amazônia e a distribuição de recursos nesses eixos. Por fim, falou do trabalho de monitoramento e avaliação dos projetos, destacando as avaliações de efetividade já realizadas, que estão disponíveis no *site* do fundo.

Passou a palavra para a ministra Marina Silva (MMA), que apresentou um breve histórico da criação das políticas de combate ao desmatamento a partir de 2004, com a criação do comitê interministerial e do PPCDAm. Destacou o papel da transversalidade para a otimização dos recursos, como no caso da criação do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), além do trabalho em parceria com a Polícia Federal e com os Ministérios da Defesa e do Desenvolvimento Agrário.

Marina Silva disse que agora nós não estamos partindo do zero, como há vinte anos, pois existe um legado, uma experiência. Ainda, ressaltou sua confiança nos resultados a serem alcançados na nova fase que se inicia.

A seguir, Nabil Kadri (BNDES) fez outra apresentação mais detalhada sobre a governança do Fundo Amazônia, com ênfase nas atribuições e no funcionamento do COFA. Disse que as atas são públicas, todas as atas das reuniões do Comitê Orientador ficam no *site* do Fundo Amazônia. Ressaltou que cabe ao comitê definir as diretrizes de atuação do fundo e verificar a aderência dos projetos. Além disso, apresentou algumas regras de funcionamento do comitê e abordou algumas questões relativas ao funcionamento do Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) e da captação de recursos.

Passou a palavra para o secretário executivo do MMA, João Paulo Capobianco, que disse ser muito gratificante estar participando da reunião 15 anos depois da criação do mecanismo que ele ajudou a construir. Falou um pouco do histórico de criação do fundo, do esforço e da responsabilidade de criar, no Brasil, em um banco com credibilidade internacional, um mecanismo brasileiro, procedimentos reconhecidos, auditorias. Os doadores apoiaram, o BNDES aceitou a missão, o governo encampou isso, e o fundo está funcionando até hoje.

Capobianco destacou que, nos últimos quatro anos, a gestão ambiental foi muito afetada no país, e o Fundo Amazônia sobreviveu com galhardia, porque manteve os projetos funcionando e garantiu o rendimento necessário para que os recursos não perdessem valor. Além da continuidade no funcionamento do fundo, ele destacou a resiliência do sistema ambiental brasileiro e finalizou falando sobre o processo de elaboração do PPCDAm, que espera ser lançado no dia 13 de abril. A partir do novo plano, será possível alinhar todas as ações e iniciar um processo mais efetivo de aprovação de projetos e iniciativas do fundo.

André Lima, secretário da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial do MMA, fez uma apresentação sobre o estágio atual de desenvolvimento do PPCDAm, que envolve 19 ministérios, com coordenação da Presidência da República. Ele disse que já estão trabalhando nas ações emergenciais e planejando as medidas estruturadas de combate ao desmatamento. Diversas providências estão sendo tomadas mesmo sem a finalização do plano, a própria reativação do COFA é um exemplo.

André Lima (MMA) mostrou o histórico e os dados sobre desmatamento, além das diretrizes que vão embasar o novo plano, que será para todos os biomas brasileiros, e não só para a Amazônia e para o Cerrado. André disse que aumentou significativamente a quantidade de desmatamentos médios e grandes, o que mostra que as ações de comando e controle foram abandonadas e precisam ser retomadas. Ele apresentou algumas atividades já mapeadas em cada um dos quatro eixos do plano e finalizou a apresentação.

Julie Messias e Silva (Acre) comentou que sentiu falta de uma interação maior com os estados da Amazônia Legal e perguntou quando isso deverá ocorrer. Disse, ainda, que os estados acabaram de revisar seus planos e compor um plano integrado.

André Lima (MMA) informou que o seminário do dia 2 de março será o primeiro em que todos os estados da Amazônia serão convidados a apresentar suas visões e estratégias.

1. Deliberação sobre a proposta de retomada operacional do Fundo Amazônia

A última parte da reunião consistiu em apresentação relacionada ao retorno da operação do fundo, com definição das medidas iniciais de retomada das análises e aprovações de novos projetos.

Tereza Campello (BNDES) iniciou a apresentação dizendo que a proposta foi elaborada em conjunto com o MMA, a partir do contexto atual da região, que envolve: aumento do desmatamento; retrocessos nas políticas públicas; situação emergencial nas terras indígenas; paralisação das atividades de análise de projetos do fundo; necessidade de soluções que tenham celeridade, escala e impacto; e diretrizes, critérios e focos atuais do Fundo Amazônia desatualizados.

Ela apresentou a proposta de retomada operacional do Fundo Amazônia constando: (i) imediata retomada da análise dos projetos com avaliação preliminar; (ii) novos projetos e projetos já apresentados sem avaliação preliminar nos seguintes escopos temáticos: apoio exclusivo a projetos voltados ao monitoramento e controle, estudos para ordenamento territorial e apoio às populações indígenas e comunidades tradicionais com ações intersetoriais, inclusive no que se refere a segurança alimentar, saúde, cultura, educação, saneamento, energia, entre outros; (iii) valor mínimo de R\$ 5 milhões; e (iv) utilização das diretrizes vigentes para análise das operações, com incorporação do escopo temático e do valor mínimo.

Foi feita uma breve explanação sobre as razões para indicação dos temas priorizados e sobre a necessidade de se definir um valor mínimo para as propostas de apoio.

A partir desse momento, foi feito um debate entre os membros do COFA a respeito das propostas apresentadas pelo BNDES em conjunto com o MMA e de algumas questões correlatas levantadas por alguns comitentes.

Após as considerações apresentadas pelos comitentes, deliberou-se a aprovação da proposta.

Decisões e encaminhamentos

O COFA aprovou a proposta de retomada operacional do Fundo Amazônia, consistindo em:

- Imediata retomada da análise dos projetos com avaliação preliminar (i.e. já enquadrados), com possibilidade de revisão de até 30% do valor, em até 45 dias, mantido seu objetivo/finalidade.
- Novos projetos e projetos já apresentados sem avaliação preliminar (i.e. não enquadrados):
 - Escopos temáticos: apoio exclusivo a projetos nos focos de monitoramento e controle, estudos para ordenamento territorial e apoio às populações indígenas e comunidades tradicionais, com ações intersetoriais, inclusive no que se refere a segurança alimentar, saúde, cultura, educação, saneamento, energia, entre outros;
 - Valor mínimo: R\$ 5 milhões (parâmetro já usado pelo BNDES em chamadas públicas).
- Utilização das diretrizes vigentes para análise das operações, com incorporação do escopo temático e do valor mínimo.

Foi também decidido que o COFA voltará a se reunir em breve, quando o novo PPCDAm estiver pronto, pois haverá, então, uma definição de política pública que possibilita a revisão completa das diretrizes do Fundo Amazônia. A previsão de data acordada no momento foi a realização da reunião seguinte no dia 3 de maio de 2023.

Membros do COFA presentes na reunião:

GOVERNO FEDERAL

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Marina Silva (titular)

João Paulo Ribeiro Capobianco (suplente)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Márcio Fernando Elias Rosa (titular)

Ministério das Relações Exteriores

Daniel Machado da Fonseca (suplente)

Ministério da Agricultura e Pecuária

Carlos Ernesto Augustin (titular)

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Marina Godoi de Lima (suplente)

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luis Manuel Rebelo Fernandes (titular)

Casa Civil da Presidência da República

Gabriel Henrique Lui (suplente)

Ministério dos Povos Indígenas

Lucia Alberta Andrade Oliveira (suplente)

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Diego Galdino de Araujo (titular)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Aloizio Mercadante Oliva (titular)

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello (suplente)

GOVERNOS ESTADUAIS**Estado do Acre**

Julie Messias e Silva (titular)

Estado do Amapá

Taisa Mara Morais Mendonça (titular)

Cássio Vinícius Rodrigues de Lemos (suplente)

Estado do Amazonas

Eduardo Costa Taveira (titular)

Juliano Marcos Valente de Souza (suplente)

Estado do Maranhão

Raysa Maciel (titular)

Estado do Mato Grosso

Alex Sandro Antonio Marega (suplente)

Estado do Pará

Rodolpho Zahluth Bastos (suplente)

Estado de Rondônia

Marcos Antônio Garcia de Souza (representante)

Estado de Roraima

Fábio Rodriguez Martinez (titular)

Glicério Marcos Fernandes Pereira (suplente)

Estado do Tocantins

Marli Teresinha dos Santos (titular)

Cristiane Peres da Silva (suplente)

SOCIEDADE CIVIL**Confederação Nacional da Indústria (CNI)**

Marcelo Thomé da Silva Almeida (titular)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Sandra Paula Bonetti (titular)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

Elcio Severino da Silva Machineri (titular)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS)

Jacqueline Guerreiro (representante)

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNBF)

Frank Rogiéri de Souza Almeida (titular)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Paulo Eduardo Artaxo Netto (titular)